ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinquenta mil euros, dividido em quatro quotas: uma do valor nominal de catorze mil euros, pertencente ao sócio António Gomes Pimenta; e três iguais do valor nominal de doze mil euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Maria Fernanda Martins Pimenta, Bruno Martins Pimenta e Filipe Martins Pimenta.

2 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global de quinhentos mil euros.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral, compete a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura do gerente António Gomes Pimenta ou as assinaturas conjuntas de quaisquer outros dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme.

14 de Novembro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Teixeira Pires*.
2007425718

C & C — ELECTRÓNICA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 44 089/870922; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 13/20051102.

Certifico que na sociedade em epígrafe foi efectuado o seguinte registo:

Cessação de funções do gerente Ângelo Garcia de Sousa, por renúncia em 23 de Junho de 2005.

Está conforme.

17 de Novembro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Teixeira Pires*.
2008937852

SOUSA PORTILHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 38 498/820229; averbamento n.º 01 e averbamento n.º 02 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 08, 09 e 10/20051102.

Certifico que na sociedade em epígrafe foi efectuado o seguinte registo:

Cessação de funções do gerente Manuel José de Sousa Portilho, por renúncia em 7 de Outubro de 2005.

Cessação de funções da gerente Maria Isabel de Queiroz de Sousa, por renúncia em 7 de Outubro de 2005.

E alteração do contrato:
Artigos alterados: 3.º e 6.º

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, dividido em duas quotas do valor nominal de dois mil e quinhentos euros, cada uma, pertencendo uma a cada um dos sócios Sandra Mónica Lessa da Costa e Mário António Alves de Castro.

ARTIGO 6.º

A gerência social, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, e com dispensa de caução, fica afectada a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

§ único. Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos gerentes; porém, para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

Está conforme.

2 de Novembro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Teixeira Pires*.
2008937828

1996 CURIOSO — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 14 756/20011228; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 06/20051103.

Certifico que na sociedade em epígrafe foi efectuado o seguinte registo:

Nomeação dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2005-2008.

Administrador único: Maria Alexandra da Costa Neves Sinde Monteiro.

Fiscal único: Álvaro, Falcão & Associados, SROC, representada por Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC; suplente — António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada por António Monteiro de Magalhães, ROC.

Data da deliberação: 31 de Maio de 2005.

Está conforme.

8 de Novembro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Teixeira Pires*.
2008937879

J. MANECA, UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 17 371/20051107; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 28/20051107.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que fica a reger-se pelo contrato seguinte:

Constituição de sociedade

No dia 7 de Novembro de 2005, no Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas do Porto, perante mim, Francisco Carlos de Castro Lopes, ajudante do mesmo Cartório, em exercício em virtude de lugar de notário se encontrar vago, compareceu como outorgante: José Maneca Ferreira, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria Luísa Ferreira Neiva, natural da freguesia de Ribafeita, concelho de Viseu, residente na Rua de Camilo Pessanha, 33, rés-do-chão, direito, em São Mamede de Infesta, Matosinhos, titular do bilhete de identidade n.º 3452137, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 11 de Outubro de 2000, contributo fiscal n.º 136399703.

Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do aludido documento de identificação.

Declarou o outorgante:

Que pela presente escritura constituiu uma sociedade unipessoal por quotas, que vai reger-se nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma J. Maneca, Unipessoal, L.ª, com sede na Rua de Camilo Pessanha, 33, rés-do-chão, direito, freguesia de São Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos.

§ único. Por simples decisão da gerência, a sociedade poderá transferir a sua sede para outro local do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, bem como criar ou encerrar filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação social.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste no comércio e representações de embalagens.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de cinco mil euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao outorgante.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme respectiva decisão, será exercida pelo sócio ou por não sócios, ficando aquele desde já nomeado gerente.

2 — A sociedade obriga-se, em todos os seus actos e contratos, pela assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

O sócio único fica desde já autorizado a efectuar negócios jurídicos com a sociedade que sirvam a prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

O sócio fica autorizado a fazer prestações suplementares de capital até ao montante global de dez vezes o capital social.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades quer o objecto seja igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme.

11 de Novembro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Teixeira Pires*.
2008938000

SANTO TIRSO

NEOPLÁSTICA — INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S. A. (antes JANADOCS — CONSULTADORIA, PROMOÇÃO E GESTÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.ª)

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 6120/040803; identificação de pessoa colectiva n.º 506357210; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 01/20040805.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, procedeu-se ao registo de fusão, sendo incorporante a sociedade em epígrafe e sociedades incorporadas a NEOPLÁSTICA — Indústria de Plásticos, S. A., e Neoplástica Holding, S. G. P. S., S. A.

Mais certifico que se procedeu à transformação em sociedade anónima, cujos estatutos se regem pelos seguintes artigos:

ARTIGO 1.º

Denominação, sede e duração

1 — A sociedade adopta a firma NEOPLÁSTICA — Indústria de Plásticos, S. A., tem a sua sede no lugar de Lavatões, freguesia de Refojos, concelho de Santo Tirso, e durará por tempo indeterminado.

2 — Por simples deliberação do conselho de administração, a sociedade pode abrir, manter, transferir ou encerrar agências, escritórios, estabelecimentos, delegações, sucursais, filiais e outras formas de representação, no País ou no estrangeiro, bem como transferir a sua sede nos termos da lei.

ARTIGO 2.º

Objecto social

O objecto social consiste na indústria de transformação de matérias plásticas, bem como na comercialização de todo o tipo de matérias plásticas, na prestação de todo o tipo de consultadoria nas áreas de contabilidade, finanças e engenharia industrial de sistemas, podendo a

sociedade ainda subscrever, adquirir ou alienar participações noutras sociedades, mesmo quando reguladas por leis especiais e ainda que o objecto dessas sociedades não tenha qualquer relação directa ou indirecta com o seu.

ARTIGO 3.º

Capital social

1 — O capital social, integralmente realizado, é de cinquenta mil euros e é representado por cinquenta mil acções de um euro cada uma.

2 — As acções são nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis a todo o tempo.

3 — Haverá títulos de 1, 10, 100, 1000, 10 000 e 100 000 ou múltiplos de 100 000 acções, sendo permitida a sua concentração ou divisão.

4 — Os encargos com a conversão e a concentração ou divisão de títulos serão sempre suportados pelos accionistas que solicitem tais operações.

5 — Quer os títulos provisórios quer os definitivos podem ser assinados por um administrador e por chancela de outro autorizada pelo conselho de administração, ou por um administrador e por um mandatário especialmente designado.

6 — Por simples deliberação da assembleia geral, poderão as acções passar a assumir forma meramente escritural.

ARTIGO 4.º

Acções preferenciais sem voto

1 — Por deliberação dos accionistas, podem ser emitidas acções preferenciais sem voto, até ao montante representativo de metade do capital social à data dessa deliberação e nas demais condições que, sendo permitidas por lei, sejam fixadas na respectiva deliberação.

2 — As acções preferenciais sem voto podem na sua emissão, e se assim o deliberarem os accionistas, ficar sujeitas a remissão, pelo valor nominal ou com concessão de prémio, na data e nos termos que a assembleia geral deliberar.

ARTIGO 5.º

Emissão de obrigações

1 — Quer por deliberação dos accionistas quer por deliberação do conselho de administração, nos casos em que a lei o consinta, a sociedade pode emitir obrigações, nas formas e modalidades legalmente permitidas.

2 — Porém, a deliberação sobre a emissão de obrigações convertíveis em acções, ou em modalidade que confira o direito a subscrever uma ou mais acções, é da exclusiva competência da assembleia geral.

3 — As obrigações podem ser tituladas ou escriturais, consoante for fixado na respectiva deliberação, aplicando-se-lhes, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3, 4 e 7 do artigo 3.º

4 — A sociedade pode, mediante deliberação da assembleia geral, emitir quaisquer outros títulos negociáveis permitidos por lei, nomeadamente *warrants* autónomos.

ARTIGO 6.º

Aquisição de acções e obrigações próprias

A sociedade pode adquirir acções e obrigações próprias nos casos e nas condições previstos na lei.

ARTIGO 7.º

Assembleia geral

1 — A assembleia geral é constituída por todos os accionistas com direito de voto.

2 — Os accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas não poderão assistir às reuniões da assembleia geral.

3 — Os accionistas que não possuam o número mínimo de acções necessário para terem direito de voto poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar por acordo um só de entre eles para os representar na assembleia geral.

4 — Os accionistas com direito de voto poderão fazer-se representar por outro accionista ou por qualquer pessoa que lei imperativa declare hábil para esse efeito; as sociedades são representadas por quem, para o efeito, designarem.

ARTIGO 8.º

Voto

1 — Tem direito de voto o accionista titular de, pelo menos, 1000 acções ordinárias averbadas ou inscritas em seu nome, até cinco dias da data designada para a reunião da assembleia geral.

2 — A cada mil acções corresponde um voto.